

RESOLUÇÃO

Depois de um ano de governação do PSD-CDS/PP, a situação dos trabalhadores, do povo e do país está, hoje, muito pior. Os indicadores de execução orçamental, nos primeiros cinco meses deste ano, mostram que o investimento público e privado continua em queda; que se acentuou a quebra do poder de compra dos salários, das pensões e dos rendimentos das famílias, com o consequente aumento do endividamento e retracção do consumo privado; que diminuíram as receitas fiscais, mas aumentaram as despesas, principalmente devido à recessão económica e a maiores dificuldades e restrições no financiamento às empresas, provocando mais encerramentos, falências e desemprego. Em simultâneo, acentuaram-se as desigualdades e as injustiças, com os grandes grupos económicos a obterem lucros exorbitantes, ao mesmo tempo que se mantém uma política de permissividade e facilitação com a fraude e a evasão fiscais.

Conforme a CGTP-IN previu e alertou, a evolução da situação económica e social é uma consequência directa das políticas de austeridade, decorrentes da aplicação do memorando acordado com a *troika* estrangeira, e mesmo para além dela, veja-se por exemplo o roubo dos subsídios de férias e de natal, que está a empurrar o país, de forma cada vez mais célere, para o abismo. Perante a grave crise que se está a viver, e mantendo o governo a intenção de prosseguir com as mesmas políticas de austeridade, torna-se inevitável uma ainda maior deterioração da situação económica, com o agravamento da espiral do desemprego, do custo de vida, do empobrecimento e da miséria.

No quadro de uma ofensiva sócio-laboral sem precedentes, a luta dos trabalhadores tem sido determinante para defender os direitos e obter resultados nos locais de trabalho, denunciar as políticas de austeridade e as suas consequências, pôr na ordem do dia a exigência da renegociação da dívida pública, dos prazos e dos montantes, a rejeição do memorando de agressão e a exigência de que o BCE empreste dinheiro directamente aos Estados, o combate ao tratado orçamental que põe em causa a soberania dos países, o crescimento económico, o emprego e as funções sociais do Estado. A luta é o caminho para alcançar uma nova política e um novo rumo para o país.

A CGTP-IN saúda os dirigentes, delegados e activistas sindicais e, por seu intermédio, todos os trabalhadores e trabalhadoras que deram corpo às grandes Manifestações realizadas no Porto (dia 9 de Junho) e em Lisboa (dia 16 de Junho), contra a política do Governo e as posições retrógradas do patronato, pela exigência de uma mudança de política que responda às necessidades e anseios dos trabalhadores e das suas famílias e ao desenvolvimento económico e social do país.

Saudação que também é extensiva às lutas dos trabalhadores das empresas e sectores da Administração Pública, do Sector Empresarial do Estado e do sector privado, pela efectivação dos direitos, liberdades e garantias e a defesa e melhoria dos serviços públicos e das funções sociais do Estado.

As alterações ao código do trabalho aprovadas com os votos favoráveis dos deputados do PSD-CDS/PP, e a abstenção do PS, constituem um inaceitável retrocesso social e civilizacional. A decisão do Presidente da República em promulgar estas alterações entra em rota de colisão com a Constituição da República, porque infringe vários dos seus princípios e normas, designadamente, entre outros, os princípios da dignidade da pessoa humana, do direito ao trabalho e à segurança no emprego, da conciliação da vida profissional com a vida familiar, da liberdade sindical e da autonomia colectiva.

No entanto, este processo está longe de estar encerrado. Sabendo-se que, tal como a revisão da legislação laboral na administração pública, se insere numa estratégia mais vasta, visando o aumento da exploração dos trabalhadores e o empobrecimento generalizado das famílias, com graves implicações no aumento da dependência externa e da dívida, na fragilização da democracia e na perda de soberania, impõe-se como máxima prioridade do movimento sindical a intensificação de

uma forte acção sindical reivindicativa, com uma ampla participação dos trabalhadores, a partir dos locais de trabalho, na luta pela defesa dos direitos sociais e da contratação colectiva.

Luta que tem, também, de prosseguir contra as “reestruturações” selvagens quer de empresas públicas quer de áreas importantes da Administração Pública e que visam degradar e fragilizar as funções sociais do Estado, o poder local democrático e os serviços públicos, com o objectivo de privatizar as partes mais rentáveis e extinguir vários serviços de proximidade às populações. As consequências desta ofensiva fazem-se sentir gravemente no aumento do desemprego, da precariedade e das condições sócio-laborais dos trabalhadores e, quanto às populações, são postos em causa direitos constitucionais, como sejam o direito ao emprego, à saúde, à educação, à protecção social e a serviços públicos.

A luta é, de facto, o caminho que é necessário percorrer para combater o agravamento brutal do custo de vida, dos impostos, das taxas moderadoras e tarifas autárquicas, das rendas de casa, etc., que, conjugado com a redução dos salários e das pensões de reforma e o roubo nos subsídios de férias e de Natal, aprofunda as desigualdades e condena milhões de portugueses a situações de grave carência económica.

Assim, o Conselho Nacional da CGTP-IN, reunido em 27 de Junho, decide:

– **Convocar o Plenário Nacional de Sindicatos, aberto à participação de todos os dirigentes, delegados e membros de comissões de trabalhadores, para reunir no dia 5 de Julho**, com o objectivo de proceder à análise do quadro político-sindical, definir as medidas a tomar e mobilizar toda a estrutura sindical para, no plano da estratégia sindical a desenvolver em Julho e Agosto e imediatamente após as férias, intensificar a luta de massas;

– **Promover uma quinzena de informação, esclarecimento e mobilização, a nível nacional (de 9 a 20 de Julho), contra a revisão da legislação laboral**, pela redinamização da Acção Reivindicativa, a partir de cada local de trabalho, tendo como **princípio fundamental de orientação sindical que nos sectores e nas empresas a lei aplicável é a contratação colectiva**.

– **Intensificar a acção sindical integrada nos locais de trabalho, dos sectores privado e público**, articulando o reforço de organização sindical de base com a dinamização, envolvimento e mobilização dos trabalhadores na acção e luta reivindicativas, de forma a concretizar as suas reivindicações, nomeadamente a actualização dos salários, incluindo o aumento do Salário Mínimo Nacional, a passagem dos trabalhadores com vínculos precários a efectivos e a efectivação dos direitos consagrados nas convenções colectivas de trabalho;

– Dinamizar a participação dos dirigentes dos diversos sectores e regiões nos Encontros que se vão realizar, no âmbito da defesa das funções sociais do Estado. No imediato, **desenvolver a mobilização para o Encontro sobre a Segurança Social, que se vai realizar no dia 28 de Junho**, pela defesa da sustentabilidade financeira da Segurança Social solidária e universal;

– Apelar a uma grande participação dos jovens trabalhadores no **PIC NIC que a INTERJOVEM e outras organizações de jovens vão promover no dia 14 de Julho, em Lisboa**, contra a precariedade e o desemprego. Esta é uma iniciativa que tem lugar num momento particularmente sensível, razão pela qual se exorta todos os jovens trabalhadores a participar e a reivindicar que **“o desemprego e a precariedade são para combater, não para aceitar! Queremos Trabalho. Exigimos direitos!”**

– Exortar os trabalhadores a prosseguir a luta no plano nacional e nos diversos países, nomeadamente na Europa, pela defesa dos direitos, liberdades e garantias, por uma contratação colectiva assente na harmonização social, no progresso das relações de trabalho, por mais e melhores serviços públicos e funções sociais do Estado.

Lisboa, 27 de Junho de 2012